

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	8
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	11
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	12
2.5 Medições não contábeis	13
2.6 Eventos subsequentes as DFs	16
2.7 Destinação de resultados	17
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	18
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	19
2.10 Planos de negócios	20
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	22
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	23
5.2 Descrição dos controles internos	31
5.3 Programa de integridade	34
5.4 Alterações significativas	38
5.5 Outras informações relevantes	39

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os Diretores da Companhia apresentam, nesta seção do Formulário de Referência, informações que visam a permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação financeira e patrimonial da Companhia pela perspectiva da Administração. Os Diretores da Companhia discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos, ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar a condição financeira e patrimonial da Companhia.

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira e patrimonial da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira, patrimonial e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Esta seção contém discussões sobre estimativas e previsões que envolvem riscos e incertezas. Nossos resultados reais podem diferir significativamente daqueles discutidos nessas estimativas e previsões como resultado de vários fatores, incluindo, sem limitação, os eventos descritos no item "Fatores de risco" deste Formulário de Referência.

Os termos "AH" e "AV" indicados em colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente.

### (a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração da Companhia destaca que o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 resultou em um prejuízo de R\$60,5 milhões, comparado a um prejuízo de R\$95,2 milhões reportado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Dentre os destaques, a Administração ressalta que, inobstante a fatores macroeconômicos e exógenos a Companhia no exercício de 2023 alguns fatores contribuíram para o resultado obtido, tais quais:

- (i) a Receita Líquida do exercício de 2023 teve estabilidade em relação ao exercício de 2022 e a Receita Líquida antes de custos de resgate teve queda de 10% em relação ao exercício de 2022;
- (ii) o Lucro Bruto em 2023 atingiu R\$119 milhões, ou seja, 4% inferior ao Lucro Bruto reportado em 2022 (no valor de R\$124,3 milhões), sendo que a margem bruta, apurada em relação a Receita Líquida antes de custos de resgate, saiu de 44,1% em 2022 para 47,1% em 2023, em função da maior representatividade do pilar de Produtos Financeiros (Techfin) no faturamento da Companhia; e
- (iii) a redução de 22% nas despesas gerais e administrativas e comerciais em 2023, totalizando R\$178,7 milhões (em 2022, o valor das despesas gerais e administrativas e comerciais foi de R\$228,7 milhões), é explicado pelo esforço de otimização de despesas que ocorreu durante todo o ano de 2023.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Administração ressalta, ainda, a importância de destacar os fatores a seguir listados para melhor compreensão do prejuízo acumulado, do excesso do passivo circulante sobre o ativo circulante e do passivo a descoberto:

1. Investimentos: a Companhia realizou investimentos na aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível de R\$19,3 milhões e R\$94,2 milhões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Esses investimentos foram direcionados para aquisição da Noverde (R\$ 65.897 mil, em 2022), importante passo para consolidação da estratégia de TechFin, e para os aprimoramentos das soluções das frentes de Loyalty e SuperApp, reforçando a convicção dos Diretores com o futuro da Companhia mediante a inserção da conta digital em seu ecossistema e de novas alternativas de uso para sua base de clientes;
2. Procedimento contábil de reconhecimento da receita: o reconhecimento de receita oriunda da emissão de pontos da Companhia é realizado de forma gradual, seguindo os resgates e a vida dos pontos não utilizados, ao passo que as despesas são levadas à demonstração do resultado imediatamente quando incorridas. Esse fato contribui para os resultados contábeis observados e para o passivo a descoberto;
3. Passivo e receitas diferidas: as práticas contábeis da Companhia definem que o faturamento pela venda de pontos seja, em um primeiro momento, reconhecido como receita diferida no passivo. Este passivo possui natureza distinta de passivos onerosos como, por exemplo, empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, e representam mais da metade do passivo total da Companhia;
4. Prêmios a distribuir: este passivo compreende a obrigação de entregar os prêmios resgatados e é integralmente classificado no passivo circulante. Entretanto, o prazo efetivo de cumprimento da obrigação depende da iniciativa dos clientes e, também, do preço em Dotz dos itens do catálogo; e
5. Endividamento: O endividamento bancário (empréstimos e financiamentos) soma R\$ 101,2 milhões em 31 de dezembro de 2023, uma redução de 1,7% com relação ao saldo de R\$ 103,0 milhões em 31 de dezembro de 2022.

Considerando o exposto acima, muito embora a Companhia possua passivo circulante líquido (capital circulante negativo), passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo), geração de caixa das atividades operacionais negativa e tenha apurado prejuízo nos últimos anos, conforme indicado nas demonstrações financeiras da Companhia, os Diretores acreditam que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a execução de seu plano de negócios, bem como para atender aos seus requisitos de liquidez e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. Os Diretores destacam, no entanto, que estas condições estão sujeitas a eventos que estão fora do controle da Companhia, tais como a estabilidade e o crescimento da economia brasileira assim como eventos extraordinários como, por exemplo, a pandemia de COVID-19 e a guerra entre Rússia e Ucrânia.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas do balanço patrimonial:

Exercício social findo em 31 de dezembro de		
(em milhares de R\$)	2023	2022
Total do ativo circulante	140.802	251.428
Total do ativo não circulante	141.510	142.678
<b>Total do ativo</b>	<b>282.312</b>	<b>394.106</b>
Total do passivo circulante	338.319	362.734
Total do passivo não circulante	173.927	200.803
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>-229.934</b>	<b>-169.431</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>282.312</b>	<b>394.106</b>

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O ativo circulante é formado principalmente por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Já o passivo circulante é constituído em especial por receitas diferidas e prêmios a distribuir, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar. Destacam-se neste período a evolução do passivo não circulante e do patrimônio líquido. Esta evolução, contudo, não pode ser avaliada sem que se considere os efeitos da metodologia de reconhecimento de receita adotada pela Companhia e os movimentos de investimento realizados nos últimos exercícios sobre a estrutura patrimonial. A receita relacionada ao spread e breakage são inicialmente diferidas sendo, desta forma, reconhecidas inicialmente na rubrica receita diferida e prêmios a distribuir no passivo circulante e não circulante e reconhecidas no resultado em 1/48 avos mensais ao longo da vida dos pontos de forma linear, desta forma, na visão dos Diretores da Companhia o passivo circulante e não circulante relativo ao saldo de breakage e receitas diferidas não representam uma obrigação de desembolso de caixa por parte da Companhia e, desta forma, deve ser levado em consideração quando da análise da estrutura de capital da Companhia. O somatório desses saldos foi de R\$ 185.753 mil e R\$ 195.301 mil em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

A tabela abaixo demonstra a abertura da receita diferida e prêmios a distribuir em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e sua representatividade no passivo total da Companhia:

Exercício social findo em 31 de dezembro de				
(em milhares de R\$, exceto percentuais)	2023	%	2022	%
Prêmios a distribuir	80.611	28,55%	77.770	19,70%
Breakage e receitas diferidas <sup>1</sup>	185.753	65,80%	195.301	49,60%
Programa de exclusividade de bandeira <sup>2</sup>	1.733	0,61%	3.333	0,80%
Receita diferida e prêmios a distribuir	268.097	94,96%	276.404	70,10%
Total do passivo	282.312	100%	394.106	100%

1. Este montante é reconhecido como receita ao longo do tempo de vida dos pontos 1/48 avos (quatro anos).

2. Referente a exclusividade na celebração de contrato firmado pela controlada DotzPay por prazo de cinco anos e que está sendo levado ao resultado como receita em 60 parcelas, contadas a partir de fevereiro de 2020.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023, a dívida bruta da Companhia (representada por empréstimos e financiamentos) totalizou R\$ 101.205 mil, representando uma queda de R\$ 1.764 mil ou 2% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 em decorrência dos esforços de reperfilamento das dívidas durante o ano de 2023. A tabela abaixo demonstra a dívida bruta e a dívida líquida da Companhia em 2023 e 2022.:

Exercício social findo em 31 de dezembro de		
(em milhares de R\$)	2023	2022
Dívida Bruta <sup>(1) (3)</sup>	101.205	102.969
Dívida Líquida (Caixa Líquido) <sup>(2) (3)</sup>	50.328	-63.578

1. A Dívida Bruta é calculada como o total de empréstimos e financiamentos.
2. A Dívida Líquida (Caixa Líquido) é calculada como o total de empréstimos e financiamentos menos o caixa e equivalentes de caixa.
3. A Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) não são medidas de desempenho, endividamento ou liquidez reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Para o cálculo da Dívida Bruta e da Dívida Líquida (Caixa Líquido) vide seção 2.5 deste Formulário de Referência.

Os Diretores da Companhia desconsideram a parcela do passivo não-oneroso, representada pelo saldo de breakage e receitas diferidas, quando do acompanhamento dos indicadores de endividamento e liquidez da Companhia, dado que este item não constitui uma obrigação de desembolso de caixa futuro, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Exercício social findo em 31 de dezembro de		
Índices	2023	2022
Endividamento Total <sup>(1)</sup>	1,81	1,43
Endividamento Total Ajustado <sup>(2)</sup>	1,16	0,93
Liquidez Geral <sup>(3)</sup>	0,31	0,46
Liquidez Geral Ajustado <sup>(4)</sup>	0,48	0,71

1. O índice de endividamento total é calculado como o passivo total dividido pelo ativo total da Companhia.
2. O índice de endividamento total ajustado é calculado como o passivo total deduzido do saldo de breakage e receitas diferidas dividido pelo ativo total.
3. O índice de liquidez geral é calculado como o ativo total deduzido do imobilizado e intangível dividido pelo passivo total.
4. O índice de liquidez geral ajustado é calculado como o ativo total deduzido do imobilizado e intangível dividido pelo passivo total deduzido do saldo de breakage e receitas diferidas.

Em 31 de dezembro de 2023, o índice de endividamento total ajustado era de 1,16 e o índice de liquidez geral ajustado era de 0,48. Nesta mesma data, o caixa e equivalentes de caixa totalizava

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

R\$ 50.877 mil, a dívida bruta bancária era de R\$101.205 mil e o contas a pagar com aquisições de R\$ 23.548 mil.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento total ajustado era de 0,93 e o índice de liquidez geral ajustado era de 0,71. Nesta mesma data, o caixa e equivalentes de caixa totalizava R\$ 166.547 mil, a dívida bruta bancária era de R\$102.969 mil e o contas a pagar com aquisições de R\$ 25.076 mil.

O capital de giro atual, bem como os resultados da liquidez geral da Companhia são suficientes para o cumprimento de suas obrigações de curto e longo prazo diante da expectativa de manutenção da dinâmica operacional dos negócios. A Companhia espera atender a eventuais necessidades de capital de giro por meio da captação de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo ou ofertas de títulos de dívida ou de capital no mercado brasileiro e/ou internacional.

(b) Estrutura de capital

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia se financiou por meio do caixa gerado pela própria operação, linhas de capital de giro de curto e médio prazo e pela captação realizada após a emissões de ações do IPO.

A Companhia apresenta a seguir a sua estrutura de capital no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2023		
	R\$ milhões	%
Capital próprio¹	-230	-81%
Capital de terceiros²	512	181%
Total Passivo e PL	282	100%

1 Representa o Patrimônio Líquido  
2 Soma do Passivo Circulante e Não Circulante (exceto Patrimônio Líquido)

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O índice de liquidez geral, representado pelo ativo total deduzido do imobilizado e intangível dividido pelo passivo total, da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de 0,31 e 0,46, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Dívida Bruta da Companhia, representada pelo total de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar de aquisições, totalizava R\$ 124,8 milhões e R\$128,0 milhões, respectivamente. O índice de liquidez geral ajustado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, era de 0,48 e 0,71, respectivamente.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os Diretores da Companhia informam que avaliaram a habilidade da Companhia operar normalmente, considerando seu perfil de endividamento, composto por dívidas bancárias e financiamentos, os fluxos de caixa e as respectivas posições de liquidez da Companhia, e estão convencidos que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para fazer face aos investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos no curto e longo prazo para dar continuidade aos seus negócios, embora não possam garantir que tal situação permanecerá inalterada.

### **(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

No último exercício social, a Companhia se financiou por meio da geração de caixa operacional e através de captações de empréstimos e financiamentos e debêntures de curto e longo prazos com instituições financeiras e fundos de investimento, denominados em reais, com obrigação de pagamento de principal e juros atrelados à Taxa DI. Esses empréstimos e financiamentos e debêntures são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos.

### **(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Na data deste Formulário de Referência, não vislumbramos necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Na opinião dos Diretores da Companhia, as fontes de financiamento utilizadas no exercício corrente nos últimos três exercícios sociais são adequadas, e continuarão a ser utilizadas pela Companhia como fontes de financiamento, se necessário.

Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende manter sua estratégia de financiamento com a contratação de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras.

Não obstante essas fontes de financiamento terem sido suficientes no passado, os impactos de fatores macroeconômicos e exógenos em nossas operações podem justificar, no futuro e caso os Diretores da Companhia julguem pertinente, a utilização de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos com instituições financeiras com as quais temos relacionamento não só para financiar eventuais aquisições ou investimentos em ativos não circulantes, mas também para financiar nossa necessidade de capital de giro no curto prazo.

### **(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O endividamento da Companhia é composto principalmente por contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures, cuja principal finalidade consiste em prover recursos para as operações e investimentos da Companhia, como por exemplo, investimentos em tecnologia para aprimoramento da sua plataforma digital.

As tabelas abaixo demonstram as principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Empréstimos e financiamentos

Exercício social findo em 31 de dezembro de				
(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Encargos	Vencimento	2023	2022
Itaú BBA	CDI + 4,59% a.a.	18/11/2024	305	6.974
Itaú BBA	1,72% a.m	Risco Sacado (a)	14.590	19.878
Banco do Brasil	CDI + 6,00% a.a.	28/07/2025	27.023	29.229
Banco do Brasil	CDI + 5,90% a.a.	10/12/2024	-	7.366
Itaú BBA	CDI+4,93% a.a	01/10/2025	8.292	15.284
Banco ABC	CDI + 6,60% a.a.	23/06/2023 (b)	-	20.760
Banco ABC	CDI + 5,90% a.a.	30/01/2025	3.942	-
Banco ABC	CDI + 5,90% a.a.	30/01/2025	3.942	-
Banco do Brasil	CDI + 6,00% a.a.	12/02/2026	3.512	-
Santander	CDI + 7,96% a.a.	27/03/2026	4.614	-
Itaú BBA	16,32% a.a.	28/06/2027	1.616	-
Itaú BBA	16,46% a.a.	26/02/2027	3.663	-
Banco ABC	CDI + 5,90% a.a.	30/01/2025	3.942	-
Santander	CDI + 7,96% a.a.	27/03/2026	4.675	-
Itaú BBA	16,32% a.a.	28/06/2027	5.393	-
Banco do Brasil	CDI + 5,90% a.a.	10/07/2026	5.679	-
Banco do Brasil	CDI + 5,90% a.a.	10/07/2026	1.518	-
Itaú BBA	CDI + 1,26% am	29/11/2027	4.557	-
Banco ABC	CDI + 5,90% a.a.	30/01/2025	3.942	-
Debêntures - Aquisição de Investimento	-	-	-	3.478
<b>Total Empréstimos e financiamentos</b>			<b>101.205</b>	<b>102.969</b>
Circulante			81.335	58.887
Não circulante			19.870	44.082

(a) A Companhia possui contratos firmados com o banco Itaú BBA para estruturar com seus principais fornecedores a operação denominada "risco sacado", que permite a antecipação do contas a receber de seus fornecedores.

(b) Em 21 de junho de 2022 a Companhia contraiu contrato de empréstimo na modalidade 4131 junto ao Banco ABC denominado em USD e, para mitigar o risco de variação cambial, celebrou contrato de swap para proteção de taxa de câmbio com a mesma instituição financeira atrelada aos mesmos prazos e valores da operação original que anula qualquer exposição cambial, convertendo os encargos financeiros em juros pré-fixados e pós fixados vinculados ao CDI.



## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### (a) Resultados das operações do emissor, em especial:

#### (i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita é composta principalmente pela emissão de pontos do programa de fidelidade por coalizão. Os pontos emitidos pelo Programa Dotz são registrados pelo seu preço de venda, no passivo circulante e não-circulante, na rubrica "Receitas diferidas e prêmios a distribuir" no momento da emissão dos pontos. No momento da contabilização a Companhia divide este passivo em três grupos: (i) custo esperado para troca de pontos (valor da contraprestação), (ii) spread (diferença entre preço do ponto e custo esperado) e (iii) breakage (volume de pontos com expectativa de resgate remota).

A Administração da Companhia acompanha de forma tempestiva o volume de trocas e pontos expirados. Em base de estudo a Administração da Companhia calcula a percentagem de breakage e atualiza as respectivas classificações dos pontos vendidos nas contas contábeis.

As receitas de spread e de breakage são diferidas ao longo do prazo de expiração do ponto, 48 meses, e a receita de resgate é reconhecida quando o cliente resgata seus pontos. Em função desta dinâmica a Companhia reconheceu em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 185.753 mil relativo à breakage e receitas diferidas que serão reconhecidos no resultado da Companhia ao longo de quatro anos (1/48 avos). E, em 31 de dezembro de 2022, totalizou R\$ 195.301 mil.

Em relação a receita de resgate, a Companhia atua como agente porque ela não controla o bem ou o serviço especificado fornecido pela outra parte antes que o bem ou o serviço seja transferido ao cliente. Desta forma, a receita de troca de pontos (resgate) é apresentada líquida dos respectivos custos variáveis associados à disponibilização das recompensas aos consumidores do programa de acordo com o CPC 47/IFRS 15, conforme tabela abaixo:

(em milhares de R\$)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Receita de breakage	53.401	53.981
Receita de spread	41.492	45.537
Receita de resgate	126.453	174.647
Receita de serviços	52.770	28.296
Impostos e deduções sobre vendas	-21.449	-20.344
<b>Receita Líquida antes de custos de resgate</b>	<b>252.667</b>	<b>282.117</b>
Custos de resgates de pontos Dotz	-114.006	-143.006
<b>Receita Líquida</b>	<b>138.661</b>	<b>139.111</b>

2.2 Resultados operacional e financeiro

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

A Administração entende que os resultados operacionais da Companhia foram influenciados e continuarão a ser influenciados pelos seguintes fatores-chave:

Ambiente Econômico Brasileiro

A economia brasileira tem sido historicamente caracterizada por variações significativas no crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio. Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são influenciados por esses fatores e pelo efeito que esses fatores têm sobre as taxas de desemprego, a disponibilidade de crédito e os salários médios no Brasil. A tabela a seguir apresenta as taxas de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio brasileiras para os períodos indicados:

Referente ao exercício social encerrado em31 de dezembro

	2023	2022	2021
Crescimento do PIB .....	2,95%	2,9%	5,0%
Inflação (IGP-M) .....	2,27%	5,45%	17,8%
Inflação (IPCA) <sup>(1)</sup> .....	4,50%	5,79%	10,1%
Taxa interbancária- CDI (média) <sup>(2)</sup> .....	13,04%	9,15%	4,4%
Taxas de juros de longo prazo (média) <sup>(3)</sup> .....	6,55%	7,2%	4,8%
Taxa de câmbio ao final do período por cada U.S.\$1.00 .....	R\$ 4,84	R\$5,28	R\$5,57
Taxa de câmbio média por cada U.S.\$1.00.....	R\$ 5,00	R\$5,17	R\$5,40

Fontes : IBGE, Banco Central , B3 e FGV.

(1) O IPCA é um índice de preços ao consumidor calculado pelo IBGE.  
(2) CDI refere-se à média das taxas de empréstimo interbancário overnight no Brasil.  
(3) A taxa de juros de longo prazo brasileira, ou "TJLP", é a taxa aplicável aos empréstimos de longo prazo do BNDES.  
(4) Comparando a taxa de câmbio PTAX ( taxa calculada pelo Banco Central) no final do último dia do período com o dia imediatamente anterior ao primeiro dia do período discutido, PTAX é a taxa de câmbio calculada no final de cada dia pelo Banco Central. É a taxa média de todos os negócios realizados em dólares estadunidenses na data determinada no mercado de câmbio interbancário.

Qualquer deterioração na taxa de crescimento econômico, ou mudanças nas taxas de juros, na taxa de desemprego ou nos níveis de preços geralmente no Brasil e em qualquer um dos mercados em que operamos, pode limitar a disponibilidade de crédito, renda e poder de compra de nossos clientes, afetando assim adversamente a demanda por nossos produtos.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### **(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação**

As receitas da Companhia podem ser impactadas por queda no consumo por parte dos usuários, assim como pelo surgimento de novos concorrentes no mercado. Em decorrência disto, caso o nível de consumo dos usuários e/ou dos parceiros comerciais da Companhia sofra redução em virtude de condições macroeconômicas gerais, como, por exemplo, variação nas taxas de juros, aumento da inflação e variações cambiais, as receitas da Companhia poderão ser impactadas adversamente.

### **(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais do Brasil. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros (risco de mercado, risco de crédito, variação cambial e risco de liquidez) e são afetadas por alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços.

A Companhia possui obrigações em moeda estrangeira (dólar americano) relativas à compra da participação da LoyaltyOne em 2018 e à operação na modalidade 4131 contraída junto ao Banco ABC. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, o impacto da variação cambial no período foi positivo em R\$ 1.872 mil. Com relação a custos e despesas operacionais, a Companhia possui menor exposição a riscos decorrentes de variação de preços, além de maior flexibilidade para negociação de condições e fornecedores, mitigando os impactos de variações de preço sobre o resultado operacional.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### **(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

### **(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Relatórios dos auditores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022:

Nos exercícios de 2023, 2022 não houve ressalvas ou ênfases no parecer do auditor independente.

Comentários da Administração sobre as ênfases apresentadas:

Não aplicável.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### (a) Introdução ou alienação de segmento operacional

No último exercício social, não houve a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

### (b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em, 04 de abril de 2022, a Dotz S.A celebrou, o "Acordo de Associação e Outras Avenças", com Noverde Tecnologia e Pagamentos S.A. ("Noverde"), Noverde Correspondente Bancário Ltda. ("Noverde Ltda." E, em conjunto com a Noverde, as "Sociedades") e certos acionistas fundadores da Noverde ("Acordo de Associação"). Em 01 de agosto de 2022, foi verificado pelas partes do Acordo de Associação o implemento (ou renúncia, conforme o caso) das condições suspensivas aplicáveis à Transação, de forma que foi então realizado o fechamento da Transação, com a efetivação da compra e venda e da incorporação de ações de emissão da Noverde pela Companhia. Como resultado, a Companhia passou a ser titular, nesta data, da totalidade das ações de emissão da Noverde.

### (c) Eventos ou operações não usuais

No último exercício social, não houve quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

**(a) informar o valor das medições não contábeis; (b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization), sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações), é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM 527, de 4 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527”).

O EBITDA consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pela depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida.

Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras empresas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, o EBITDA e a Margem EBITDA divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis ao EBITDA e a Margem EBITDA apresentados por outras empresas.

O EBITDA e a Margem EBITDA são informações adicionais às demonstrações financeiras da Companhia, mas não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não sendo, portanto, medidas de lucratividade. Adicionalmente, o EBITDA não representa os fluxos de caixa para os exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto ou alternativa ao lucro líquido (prejuízo), indicador de desempenho operacional, medida de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos.

O EBITDA e a Margem EBITDA apresentam limitações que afetam o seu uso como indicador de lucratividade e/ou rentabilidade da Companhia, pois não consideram certos custos intrínsecos ao seu negócio, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente o resultado operacional, tais como o resultado financeiro, o imposto de renda e contribuição social, o custo e despesas de depreciação e amortização e despesas consideradas pela Administração da Companhia como não recorrentes.

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
EBITDA	-29.353	-81.629
Margem EBITDA <sup>1</sup>	-11,62%	-28,93%

(1) Margem EBITDA calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida antes de custo de resgate.

## 2.5 Medições não contábeis

A tabela abaixo demonstra a reconciliação do EBITDA e da Margem EBITDA, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em milhares de reais, exceto percentuais)	2023	2022
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>-60.503</b>	<b>-95.195</b>
(+) Resultado financeiro, líquido	1.872	-10.403
(+) Imposto de renda e contribuição social	138	784
(+) Depreciação e amortização	29.140	23.185
<b>EBITDA <sup>(1)</sup></b>	<b>-29.353</b>	<b>-81.629</b>
<b>Receita líquida antes de custo de resgate</b>	<b>252.667</b>	<b>282.117</b>
<b>Margem EBITDA <sup>(2)</sup></b>	<b>-11,62%</b>	<b>-28,93%</b>

(1) O EBITDA não é medida contábil reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não representa os fluxos de caixa para os exercícios/períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto ou alternativa ao lucro líquido (prejuízo), como indicador de desempenho operacional, medidas de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o EBITDA de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

(2) Margem EBITDA calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

### Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A Dívida Bruta refere-se ao total de empréstimos e financiamentos, debêntures e bônus de subscrição.

A Dívida Líquida (Caixa Líquido) refere-se a Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) não são medidas de desempenho, endividamento ou liquidez reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

Em 31 de dezembro de		
(Em milhares de reais)	2023	2022
Dívida Bruta	101.205	102.969
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	50.328	-63.578

### **c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

#### EBITDA e Margem EBITDA

Os Diretores da Companhia entendem que o EBITDA é um indicador importante para a análise do desempenho financeiro e operacional da Companhia em função de não ser afetado por (i) flutuações nas taxas de juros; (ii) alterações na carga tributária sobre o lucro, bem como, (iii) pela depreciação e amortização, sendo uma medida não contábil normalmente utilizada por investidores e analistas de mercado.

## 2.5 Medições não contábeis

A Companhia entende que a Margem EBITDA é uma medição apropriada de suas operações, pois demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades operacionais do negócio e permite a comparabilidade entre os diversos períodos.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de desempenho reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser consideradas como alternativas ou substitutos ao lucro líquido (prejuízo), aos fluxos de caixa ou como medidas de desempenho operacional ou de liquidez nem como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA e a Margem EBITDA apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em função de desconsiderar o resultado financeiro, os impostos sobre o lucro, despesas de depreciação e amortização e despesas consideradas pela Administração da Companhia como não recorrentes, que, por sua vez, podem afetar adversamente nosso resultado.

Estas medidas não contábeis não possuem uma definição padrão, e as definições aqui utilizadas podem não ser comparáveis com títulos semelhantes utilizados por outras empresas.

### Dívida Bruta e Dívida Líquida

Os Diretores da Companhia entendem que as medições não contábeis de Dívida Bruta e Dívida Líquida são úteis na avaliação do grau de alavancagem financeira da Companhia.



2.6 Eventos subsequentes as DFs

Covenants

O Grupo administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações.

A Companhia obteve Waiver referente aos contratos de dívidas contratadas junto ao Banco Itaú e ao Banco do Brasil, esses Waivers foram emitidos em 2024 e no entendimento da auditoria externa, foi definida a reclassificação dos vencimentos originalmente classificados como passivo não circulante para passivo circulante.

Seguem os covenants negociados:

Banco Itaú:

Para os covenants do Banco Itaú, a política do Grupo é a de manter o valor da dívida bruta menor ou igual a R\$120.000 em 2022; R\$100.000 em 2023; e R\$50.000 em 2024, além de manter o caixa maior ou igual a R\$100.000. Com base nas análises das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, foi identificado que o covenant acordado está fora dos parâmetros negociados, mas sobretudo, o Banco Itaú concedeu à Companhia um Waiver com custo zero.

Banco do Brasil:

Para os empréstimos do Banco do Brasil, consta o seguinte covenants: A não manutenção do índice referente ao exercício de 2023 – à não manutenção da relação entre o Caixa/Disponibilidades “menos” Dívida Financeira Bruta (inclusive Debêntures e Dívidas de Aquisição de Empresas) / Prêmios a Distribuir superior a, no mínimo, 90% em 2022, de 80% em 2023 e de 100% de 2024 até o vencimento final da operação. Com base na análise das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, foi identificado que o covenant acordado está fora dos parâmetros negociados e o valor apurado é de 41,9%, fora da exigência de 80%. Dado todo o contexto detalhado, o Banco do Brasil concedeu Waiver à Companhia, que pagará ao Banco do Brasil um “waiver fee” no valor de R\$278.

Devido aos fatos citados acima, seguem os valores sem a reclassificação entre passivo não circulante e circulante a administração do Grupo entende que a melhor apresentação da sua situação patrimonial é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	Com reclassificação	Sem reclassificação	Com reclassificação	Sem reclassificação
<b>Ativo</b>				
Total do ativo circulante	59.368	46.474	140.802	127.908
Total do ativo não circulante	65.491	78.385	141.510	154.404
<b>Total do ativo</b>	<b>124.859</b>	<b>124.859</b>	<b>282.312</b>	<b>282.312</b>
<b>Passivo</b>				
Total do passivo circulante	65.393	42.624	338.319	315.550
Total do passivo não circulante	289.400	312.169	173.927	196.696
Total do patrimônio líquido negativo	(229.934)	(229.934)	(229.934)	(229.934)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>124.859</b>	<b>124.859</b>	<b>282.312</b>	<b>282.312</b>

## 2.7 Destinação de resultados

	2023
<b>(a) Regras sobre retenção de lucros</b>	Além das reservas legais, 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
<b>(b) Regras sobre distribuição de dividendos</b>	<p>O estatuto social da Companhia previa que seriam distribuídos como dividendo mínimo obrigatório em cada exercício social o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, ou seja, pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.</p> <p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não houve distribuição de dividendos em função do prejuízo apurado no exercício.</p>
<b>© Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
<b>(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	Salvo pelo disposto na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
<b>(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</b>	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**(iv) Contratos de construção não terminada**

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

**(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**(b) Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

## 2.10 Planos de negócios

### **(a) Investimentos, incluindo:**

#### **(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Os investimentos da Companhia são focados em fortalecer a plataforma de negócios construída ao longo dos anos e viabilizar novas formas de monetização dos dados coletados nela.

Destacam-se dentre os investimentos realizados na plataforma a Conta Digital Dotz, que é o principal canal de digitalização da base de usuários, melhorias na plataforma de marketing afiliado (Ganhe Dotz Online – GDO), aquisição da Noverde e aprimoramentos da plataforma de TechFin para oferta de soluções financeiras para base de clientes Dotz, além dos investimentos na frente de Loyalty, que é o motor para geração de engajamento e coleta de dados da Companhia. Estes investimentos totalizaram R\$19.320 mil em ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia reafirma o objetivo de continuar investindo nos próximos exercícios em: (i) investimentos em tecnologia na Plataforma Dotz, (ii) expansão dos já existentes negócios de fidelização, fintech e marketplace, e (iii) oportunidades de fusões e aquisições.

#### **(ii) Fontes de financiamento dos investimentos**

Para consecução dos investimentos em andamento descrito acima, a Companhia conta com duas fontes de financiamento principais: (i) geração de caixa da Companhia e (ii) financiamentos obtidos junto a instituições financeiras e/ou operações no mercado de capitais.

#### **(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não há desinvestimentos relevantes em andamento na data deste Formulário de Referência. Não obstante, a Companhia avalia constantemente oportunidades para negociar seus ativos não estratégicos, caso estejam alinhados com os interesses financeiros ou de gestão da Companhia.

#### **(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

#### **(c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

A Companhia desenvolveu, durante o ano de 2023, um novo produto de Crédito, no seu pilar de Techfin (serviços financeiros). O Dotz Parcela é um tipo de BNPL (*Buy Now, Pay Later*). O produto foi concebido para ser uma alternativa de crédito para uma base de clientes Dotz pré-aprovada com oferta direta no PDV, ou seja, 100% inserido na jornada de consumo. Cerca de 10% do dispêndio em intangível da Companhia no ano de 2023 foi relativo a este novo produto.

## 2.10 Planos de negócios

### **(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

O propósito da Dotz é aumentar o poder de compra dos brasileiros e promover a inclusão social para uma parcela significativa da população. A Dotz possui cultura e DNA fortes e é consciente dos desafios relacionados a questões ambientais, sociais e de governança, pretendemos implementar uma agenda robusta e estruturada de ASG nos próximos períodos.

## 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

### Controles internos

No período até a data de aprovação das demonstrações financeiras, a Companhia recebeu tentativas de acessos indevidos em suas plataformas operacionais, sendo os mesmos detectados e saneados de forma tempestiva, não gerando perdas financeiras significativas ou vazamento de dados pessoais. A Companhia confia em seus controles internos para a detecção de qualquer acesso indevido e está em contínuo aprimoramento de seus controles e plataformas.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

**(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

Com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidade a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades de negócio da Companhia, adotamos uma Política de Gerenciamento de Riscos, formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 9 de agosto de 2023 e sua aplicação é monitorada pela Diretoria e Conselho de Administração da Companhia.

Além disso, adotamos também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos, tais como Código de Conduta, Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses, Regimento Interno do Comitê de Auditoria e a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo.

As nossas políticas e os regimentos internos de nossos órgãos e departamentos podem ser consultados em nosso website de relações com investidores: <https://ri.dotz.com.br>.

**(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia, de forma a identificar e monitorar os riscos relacionados às atividades da Companhia ou seu setor de atuação.

**(i) os riscos para os quais se busca proteção**

Estamos comprometidos com a dinâmica de gerenciamento de todos os riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência, de forma a preservar e desenvolver nossos valores, ativos, reputação, competitividade e perenidade dos negócios.

Entre os principais riscos para os quais buscamos proteção, encontram-se os seguintes:

- **Riscos Estratégicos:** são riscos associados com as decisões estratégicas da Companhia para atingir os objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente; além dos riscos relacionados à atuação da concorrência e o risco de imagem, que podem vir a causar danos à reputação, credibilidade ou marca da Companhia;
- **Riscos Operacionais e de Tecnologia:** são riscos decorrentes de falhas, erros, deficiências e/ou inadequações de processos internos, gestão de pessoas e do ambiente tecnológico, incluindo ataques cibernéticos e interrupção dos sistemas, ou, ainda, riscos oriundos de eventos externos, que podem afetar a operação dos negócios da Companhia. Este item inclui o risco jurídico, associado à inadequação ou deficiência de contratos firmados junto a terceiros, descumprimento de dispositivos legais e pagamento de indenizações por danos a terceiros;
- **Riscos de Conformidade:** são riscos decorrentes da falha no cumprimento de leis, regras, regulamentos e políticas da Companhia, de clientes ou de fornecedores com os quais a Companhia se relaciona; ou ainda da existência de processos em aberto ou futuros, que podem resultar em perda financeira; e



## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Riscos Financeiros: sendo (i) riscos de mercado – decorrentes de mudanças no comportamento das taxas de juros, câmbio, preço das ações e dos commodities; (ii) riscos de crédito – riscos atrelados a incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos; e (iii) riscos de liquidez – relacionados a incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável a falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre os ativos e passivos.

### (ii) os instrumentos utilizados para proteção

O processo de gerenciamento de riscos que adotamos foi elaborado à luz do disposto no "ISO 31000.2018 – Gestão de Riscos":

*Processo de Avaliação:*

A avaliação de riscos é realizada, principalmente, de acordo com o previsto abaixo:

- a) identificação dos fatores (causas) de Riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
  - b) análise dos principais Riscos suscetíveis de afetar os seus objetivos, por meio da determinação do grau de impacto e probabilidade de ocorrência dos Riscos, conforme Matriz de Risco abaixo:
  - c) priorização e definição do limite (ou apetite) de cada Risco que a Companhia e seus acionistas estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor, classificando os Riscos como de acordo com a matriz de priorização de riscos e as definições abaixo:
- I. Risco Inaceitável: Riscos são inaceitáveis e demandam ação gerencial prioritária para eliminar a componente de risco ou reduzir sua severidade e/ou frequência.
  - II. Risco Inesperado: Riscos inesperados, com alto impacto e baixa frequência. Riscos devem ser quantificados e monitorados regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência. O objetivo é estar preparado caso o evento venha a acontecer.
  - III. Risco Provável: Riscos de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor do negócio – Foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo. Tratamento sujeito à viabilidade de contratação de seguros como resposta a estes riscos.
  - IV. Risco Aceitável: Riscos de baixo impacto e frequência, devendo a necessidade de monitoramento contínuo ser avaliada "caso a caso" e considerando existência ou não de precedentes negativos.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### *Tratamento*

Após a avaliação, os riscos devem ser tratados por meio de iniciativas definidas e implantadas pela Diretoria, com auxílio da área de Compliance e Controles Internos da Companhia, de forma a adequar a exposição da Companhia aos Limites do Risco aprovado.

A área de Compliance e Controles Internos da Companhia auxiliará a administração na resposta a ser dada aos riscos detectados, ou seja, sua (i) aceitação, (ii) eliminação, (iii) mitigação ou (iv) transferência à terceiros, sendo que as ferramentas utilizadas no processo de tratamento dos riscos devem objetivar o atendimento de tal resposta observados os limites aceitáveis.

### *Comunicação e Consulta*

A comunicação e a consulta entre os colaboradores da Companhia, sobre riscos e seu gerenciamento, deve ocorrer de forma contínua, visando o compartilhamento de informações e melhorias nos processos de gerenciamento.

O processo de gerenciamento de riscos deve ser observado em todos os processos de tomada de decisão da Companhia, incluindo o planejamento estratégico, as decisões de investimento e a gestão de projetos, desde o momento em que são criados e ao longo de todo o seu desenvolvimento.

### *Monitoramento*

A partir da identificação dos riscos, estes deverão ser monitorados de forma contínua, de acordo com a divisão de responsabilidades descrita abaixo.

### **(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

Nosso gerenciamento de riscos é realizado por uma estrutura formada por diferentes órgãos, com as seguintes competências:

#### **Conselho de Administração**

O Conselho de Administração é responsável por:

- a) aprovar as políticas, diretrizes, Matriz/Modelagem de Risco, limites de exposição e impactos conforme apresentados pela Diretoria e recomendado pelo Comitê de Auditoria não estatutário;
- b) fornecer à Diretoria, quando necessário, sua percepção do grau de exposição a Riscos que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos Riscos a serem tratados;
- c) avaliar, quando necessário, mudanças nos limites de exposição de Riscos que tenham sido aprovados pela Diretoria;
- d) aprovar orçamentos próprios para o Comitê de Auditoria Não Estatutário e para a área de auditoria interna, destinado a cobrir despesas com o desempenho de suas funções; e
- e) avaliar, por meio do Comitê de Auditoria não estatutário, a adequação da estrutura operacional e de controles internos para o gerenciamento de Riscos.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### Diretoria

A Diretoria é responsável por:

- a) desenhar as diretrizes, Matriz/Modelagem de Risco, determinando os limites de exposição, impactos, e a tolerância de exposição aos Riscos;
- b) definir a estrutura para o sistema de gerenciamento de riscos dentro da Companhia;
- c) definir, em conjunto com a área de controles internos, os planos de ação para mitigação dos Riscos;
- d) supervisionar o processo de avaliação de riscos e monitorar a evolução da exposição aos Riscos e os sistemas de gerenciamento de risco; e
- e) disseminar a cultura da gestão de risco em toda Companhia.

### Comitê de Auditoria não estatutário

Compete ao Comitê de Auditoria não estatutário, com reporte para o Conselho de Administração:

- a) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;
- b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas;
- f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

### Gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos

Os gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos de gerenciamento de riscos, com reporte para a Diretoria e como segunda linha de defesa, são responsáveis por:

- a) identificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de negócio e processos de acordo com os limites de riscos;
- b) comunicar, tempestivamente, à Área de Gerenciamento de Riscos, por intermédio de qualquer de seus membros, se os eventos de risco apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação dos limites de risco; e
- c) implementar e acompanhar os planos de ação para mitigação de riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### Áreas de Controles Internos

Compete à área de controles internos da Companhia, como segunda linha de defesa, com reporte para a Diretoria:

- a) administrar o sistema de gerenciamento de Risco;
- b) fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda;
- c) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de Riscos;
- d) apresentar percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;
- e) propor limites para exposição aos Riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco;
- f) supervisionar o processo de avaliação de Riscos em conjunto com a Diretoria e assegurar monitoramento constante de Riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os Riscos emergentes;
- g) acompanhar a Diretoria na implantação da Política de Partes Relacionadas por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;
- h) avaliar os Riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições;
- i) cumprir os limites de Riscos aprovados pelo Conselho de Administração;
- j) comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas;
- k) assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre Riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos Riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos; e
- l) propor treinamentos para as áreas envolvidas sobre metodologia, conceitos e cultura de gestão de risco.

A área de controles internos da Companhia é autônoma, embora suas atividades sejam reportadas e acompanhadas Diretoria. Os membros da área de controles internos não podem acumular funções com atividades operacionais, nos termos do artigo 24 do Regulamento do Novo Mercado.

### Área de Compliance da Companhia

Compete à área de Compliance da Companhia, como segunda linha de defesa, a qual se reporta diretamente ao Conselho de Administração:

- a) administrar o sistema de gerenciamento de Risco, em conjunto com a área de controles internos;

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- b) fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda, em conjunto com a área de controles internos;
- c) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de Riscos, em conjunto com a área de controles internos;
- d) apresentar percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado, em conjunto com a área de controles internos;
- e) propor limites para exposição aos Riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco, em conjunto com a área de controles internos;
- f) supervisionar o processo de avaliação de Riscos em conjunto com a Diretoria e assegurar monitoramento constante de Riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os Riscos emergentes, em conjunto com a área de controles internos;
- g) acompanhar a Diretoria na implantação desta Política por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas, em conjunto com a área de controles internos;
- h) avaliar os Riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições, em conjunto com a área de controles internos;
- i) cumprir os limites de Riscos aprovados pelo Conselho de Administração, em conjunto com a área de controles internos;
- j) comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas, em conjunto com a área de controles internos;
- k) assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre Riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos Riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos, em conjunto com a área de controles internos;
- l) propor treinamentos para as áreas envolvidas sobre metodologia, conceitos e cultura de gestão de risco, em conjunto com a área de controles internos;
- m) ser responsável por executar a revisão Código de Conduta, quando necessário, para adaptar ou incluir novas diretrizes ou conceitos até então não previstos; tendo a responsabilidade de conceder sua ampla divulgação, coordenando e operacionalizando treinamentos presenciais, treinamentos
- n) on- line, ou através de campanhas internas de comunicação e conscientização sempre que necessário, e no mínimo com periodicidade anual.
- o) assessorar continuamente toda a operação da Companhia acerca da Ética, revisando o conteúdo a ser divulgado em todos os documentos da companhia, dirimir quaisquer dúvidas quanto a possíveis divergências de interpretação em relação ao conteúdo divulgado nos documentos de Ética da
- p) Companhia, e promover as devidas adequações, quando necessário, coordenando e autorizando sua publicação; e

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- q) definir diretrizes para a operação da ferramenta de denúncias da Companhia, chamado "Canal de Ética", visando a captar, responder, esclarecer ou encaminhar aos responsáveis competentes as dúvidas e/ou denúncias de infração relacionadas à conduta ética, até que seja possível informar a solução do questionamento de forma confiável e sigilosa e, acima de tudo, livre de qualquer tipo de retaliação ou discriminação. Tem a responsabilidade de cobrar de todos o sigilo, a qualidade e a brevidade no tratamento dos casos relatados no "Canal de Ética" disponível em: <https://www.canalconfidencial.com.br/DOTZ>

### Auditoria Interna

Compete auditoria interna da Companhia, ou ao auditor independente registrado na CVM e contratado pela Companhia, conforme o caso, como terceira linha de defesa, a qual se reporta diretamente ao Conselho de Administração:

- a) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de Riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração e à Diretoria, quando necessário;
- b) fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem;
- c) apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; e
- d) propor limites para exposição aos riscos à Diretoria.

### (c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Nossa administração e diversos órgãos monitoram e avaliam, por meios que consideramos adequados, se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos.

Em vista de nosso porte, riscos correspondentes e volume de nossas interações com entes públicos, entendemos que nossa estrutura operacional atual para verificação da efetividade de nossas atividades de gerenciamento de riscos é adequada.

Por fim, entendemos que a estrutura operacional e de controles internos é adequada para verificar a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e, sempre que necessário, revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

### (a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Não adotamos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado. De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em Reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de agosto de 2023, os Riscos de Mercado, tal qual os demais Riscos gerenciados por tal Política, são monitorados, classificados e relatados à Administração da Companhia, que buscará as ações adequadas para sua mitigação/eliminação.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### (b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia visa estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos. O gerenciamento de riscos da Companhia é composto por 4 (quatro) etapas: (i) processo de avaliação; (ii) tratamento; (iii) comunicação e consulta; e (iv) monitoramento e análise crítica.

### (c) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos de mercado para os quais buscamos proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual estamos expostos e que possa impactar negativamente o alcance de nossos objetivos e de geração de valor, conforme nosso plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item

4.2 deste Formulário de Referência, quais sejam: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de crédito, risco de liquidez.

### (d) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Não possuímos uma política formal de contratação de instrumentos financeiros derivativos, mas podemos utilizar derivativos, dentro dos limites aprovados pela nossa administração, com o propósito de proteção (hedge) para os riscos de mercado aos quais a Companhia está sujeita, em especial, o risco cambial e o risco de taxa de juros para risco cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos.

### (e) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não possuímos parâmetros objetivos para o gerenciamento dos riscos aos quais estamos expostos, pois entendemos que a baixa complexidade de tais riscos permite seu adequado gerenciamento sem uma formalização de critérios objetivos específicos.

### (f) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

Nós não operamos instrumentos financeiros com objetivos especulativos, mas somente instrumentos financeiros para fins de proteção patrimonial.

### (g) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Nossa estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos segue o modelo de "Três Linhas de Defesa", no qual o gerenciamento dos Riscos deve ser realizado sob a responsabilidade dos órgãos de governança, gestores e responsáveis diretos pelos processos.

Para mais informações a respeito das responsabilidades específicas e estrutura hierárquica de nossa estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos, veja a Seção 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência.

Entendemos que a estrutura operacional e de controle internos é adequada para verificar a efetividade do gerenciamento de nossos riscos de mercado e, sempre que necessário, revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### **(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Implementamos e mantemos práticas e sistemas de controles internos que buscam fornecer aos nossos acionistas maior segurança sobre a confiabilidade de nossas demonstrações financeiras e demais informações financeiras.

Os processos e sistemas de controles internos que adotamos baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de nossos objetivos. Para isso, nosso processo consiste basicamente em avaliarmos de forma periódica o potencial de impacto e probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco aos quais estamos dispostos a incorrer na busca por retorno e geração de valor. Os processos relacionados com nossa gestão de riscos de compliance encontram-se detalhados na Seção 5.4.

Adicionalmente, como ação para aperfeiçoarmos constantemente nossos níveis de controle, implementamos o Comitê de Auditoria não estatutário, que deverá elaborar, anualmente, um relatório resumido de suas atividades, o qual será divulgado pela Companhia, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando ainda recomendações ao Conselho de Administração.

Consideramos nossas práticas de controles internos eficientes e adequadas ao nosso porte e à complexidade de nossas atividades.

### **(b) as estruturas organizacionais envolvidas**

Possuímos um Comitê de Auditoria não estatutário que, nos termos de seu Regimento Interno, tem como principais atribuições:

- I. opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;
- II. avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras, bem como acompanhar o orçamento anual e o orçamento de capital da Companhia;
- III. acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- IV. avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- V. avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e
- VI. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

A área de Compliance e Controles Internos está a cargo de comandar os trabalhos de mapeamento de processos, identificação dos riscos e controles, seguido pelas áreas de



5.2 Descrição dos controles internos

negócio, as quais devem suportar o trabalho com o fornecimento de subsídios e narrativas dos processos.

A área de Auditoria Interna possui a função de nos auxiliar a alcançar todos os nossos objetivos estratégicos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliação e melhoria da eficiência dos processos.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Conforme informado na Seção 5.3(a) acima, o Comitê de Auditoria, na qualidade de órgão colegiado, será responsável por realizar, no mínimo anualmente, a auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidade de melhorias na forma de sua atuação, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

Ademais, a supervisão da eficiência dos controles internos é de responsabilidade das áreas de Auditoria Interna e Controles Internos.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No processo de avaliação de riscos, segundo as normas de auditoria, o Auditor Independente considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Os auditores independentes da Companhia obtiveram entendimento dos controles internos relevantes e conduziram procedimentos apropriados às circunstâncias em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, oportunidade em que identificaram os assuntos descritos abaixo, tendo-os classificado como deficiências significativas, bem como feito as recomendações que seguem na tabela a seguir:

Assunto	Recomendação dos auditores
Processo de reconhecimento de receita	<p>Durante nossa análise quanto aos controles internos e execução de testes substantivos, identificamos que a Companhia não possui um processo integrado entre os sistemas de contabilidade e os suportes gerenciais no que diz respeito ao reconhecimento da receita, uma vez que o controle e recálculo da apropriação das receitas diferidas é realizado em planilha excel.</p> <p>Sugerimos à Administração implementar procedimentos formalizados para garantir a segregação de funções como também, que as informações utilizadas para cálculo dos valores a serem apropriados como receita e que todos os suportes sejam devidamente conciliados e submetidos a revisão detalhada por nível adequado.</p>

## 5.2 Descrição dos controles internos

Ausência de controles gerais sob o ambiente de TI	<p>Com base na entrevista com departamento de TI da Companhia, observamos que a Companhia não possui documentação suficiente para avaliar para fins de auditoria, o acesso lógico, as mudanças dos sistemas e avaliação de acessos privilegiados nos sistemas SAP B1 e Analyzer. A documentação adequada destes procedimentos faz parte dos controles gerais de TI e deveria ser implementado para uma Companhia com nível de complexidade da Dotz.</p> <p>Sugerimos à Administração implementar documentação dos controles gerais de TI a fim de garantir que somente usuários autorizados tenham acesso a modificações nos sistemas, que garantam que todos os sistemas e rotinas operem adequadamente e que toda mudança realizada seja submetida a um processo formalizado e com a devida segregação de funções.</p>
---	--

### (e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Em relação às deficiências mencionadas no item acima, a administração da Companhia informa que ao longo dos últimos anos, os controles complementares de revisão das receitas, integração entre os sistemas operacionais, o processo de faturamento e o acompanhamento dos recebíveis foram aprimorados a fim de evitar qualquer distorção no resultado Companhia, e o reconhecimento fora do período de competência.

Adicionalmente, relacionado ao processo de reconhecimento de receita no resultado contábil da Companhia, ao longo dos últimos exercícios, os procedimentos contábeis foram formalizados, com o objetivo de garantir que as informações utilizadas para cálculo dos valores a serem apropriados como receita diferida estão suportados por regras e padrões pré-estabelecidos e aprovados, bem como existem controles mensais de conciliação, executados em cada período de fechamento, os quais são submetidos a revisão interna detalhada, e periodicamente para a auditoria externa.

Por fim, no tocante à deficiência relacionada ao ambiente de Tecnologia da Informação, a Companhia informa que atua de forma periódica na atualização e revisão da documentação dos controles gerais de TI, e que já possui publicada e implantada uma Norma de Gestão de Mudança e uma Norma de Gestão de Acessos Lógicos, que descrevem as responsabilidades, diretrizes e fluxos para tais processos.

Vale ressaltar que a Companhia tem como valor o investimento em ações voltadas à melhoria dos processos e controles, em reforço ao comprometimento da administração em estruturar e manter o sistema de controles internos adequado e compatível com a complexidade e volume de negócios da Companhia. Nesse sentido, foi criado e instalado, conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de fevereiro de 2021 um Comitê de Auditoria responsável por, entre outras funções, avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia. Além disso, houve a criação da Área de Auditoria Interna, que será responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, corroborando com a melhoria do processo de controles internos.

### 5.3 Programa de integridade

**(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

Possuímos um sistema de controles internos para monitorar nossos processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à gestão de riscos e de conformidade (compliance), que entendemos adequado ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

Tal sistema de controles internos está em constante aperfeiçoamento e é composto por diversos princípios, procedimentos e práticas efetivamente implementadas, entre as quais se destacam aquelas descritas em nosso código de ética e conduta ("Código de Conduta") que foi recentemente atualizado e reformulado, conforme detalhado a seguir.

**(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia tem como princípio a observância e o cumprimento das leis que afetam nossas atividades, padrões de comportamento alinhados aos nossos valores e ligados à estratégia de negócio. Ademais, temos como principais valores o permanente fomento à transparência e a manutenção de boas práticas de governança corporativa.

É por causa disso que nossos riscos são continuamente reavaliados, no mínimo anualmente, e nossas políticas, procedimentos e práticas são adaptadas constantemente, de modo que nossa administração pode implementar mudanças e aperfeiçoamentos sempre que entender conveniente.

Nesse sentido, buscando o nosso contínuo aperfeiçoamento, bem como a fim de desenvolver e aprofundar nossos princípios, a Companhia aprovou a revisão do seu Código de Conduta no Conselho de Administração em 13 de maio de 2024. Dentre as disposições do Código de Conduta, há a proibição expressa de qualquer forma de discriminação e assédio, e vedação de qualquer ato que possa caracterizar suborno, propina, empréstimo ou tratamento preferencial de clientes e parceiros em troca de uma relação existente ou futura com a Companhia. Assim, nenhum colaborador deve pagar, prometer ou autorizar um benefício pessoal (seja pagamento ou qualquer outro tipo de benefício), direta ou indiretamente, a qualquer funcionário de governo, tampouco oferecer e/ou receber presentes, vantagens ou entretenimento, realizar doações ou contribuições sociais em nome da Companhia, sem a obtenção da respectiva autorização necessária. No momento da contratação, os colaboradores devem assinar o Termo de Responsabilidade, por meio do qual declaram terem recebido, lido e entendido o Código de Conduta.

Adicionalmente, a Companhia também conta com uma Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, de modo a garantir que o Grupo Dotz apoie o combate aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, bem como aos demais crimes, envolvendo simulação ou ocultação de recursos financeiros.

Por fim, a Companhia tem como obrigação manter livros, registros e contas refletindo todas as transações do Grupo Dotz de forma detalhada, precisa e correta. Todos os colaboradores da Companhia, indistintamente, devem zelar e se responsabilizar pela transparência das relações da Companhia, garantindo que serão totalmente documentadas, devendo as contas refletirem de maneira precisa a sua natureza.

### 5.3 Programa de integridade

**(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

Os departamentos Jurídico, Compliance e Controles Internos são responsáveis por desenvolver o programa de compliance e as ferramentas de compliance da Companhia, implementando ações contínuas para garantir a conformidade e a operacionalização efetiva dos processos relacionados, além de serem responsáveis pelo direcionamento estratégico do programa de compliance, inclusive por meio de recebimento e tratativa das denúncias de irregularidades, exceto aquelas relacionadas aos assuntos de competência do Comitê de Auditoria.

Os departamentos Jurídico, Compliance e Controles Internos são estruturas autônomas que se reportam ao Comitê de Auditoria

De modo a garantir a independência do exercício de suas atividades, nenhum dos membros dos departamentos Jurídico, Compliance e Controles Internos cumula seu cargo com outras funções operacionais na Companhia. Tais membros possuem autonomia, imparcialidade e autoridade para exercerem suas atribuições, contando com recursos, materiais humanos e financeiros suficientes

**(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

**• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração, e empregados, bem como colaboradores terceiros que se relacionam com a Companhia, independentemente da sua posição hierárquica ou área de atuação.

A Companhia cultiva relações éticas, verdadeiras e transparentes com governos, sociedades, clientes, acionistas, administradores, colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e todos os demais públicos de interesse que se relacionam com a Companhia e contribuem para a realização da sua missão, a concretização da sua visão e a construção da sua marca e imagem institucional no dia-a-dia.

A Companhia propicia treinamentos periódicos a todos seus colaboradores, por meios físicos ou virtuais, a respeito das principais práticas a serem observadas por todos e da necessidade de cumprimento do disposto no Código de Conduta e nas demais políticas inerentes ao seu programa de integridade, bem como às normas e assuntos relevantes ao setor em que atua.

Tais treinamentos, de periodicidade mínima anual, são aprovados e conduzidos pela Diretoria Jurídica e pela área de Compliance e Controles Internos, que designarão as pessoas responsáveis para executá-los, observado o público que será treinado.

**• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

### 5.3 Programa de integridade

As sanções a qualquer violação ao código ou a qualquer das normas relativas ao programa de compliance serão definidas e aplicadas diretamente pelo departamento Jurídico, Compliance e Controles Internos do Grupo Dotz, ou pelo superior imediato do colaborador envolvido, com apoio do time de Gente. A sanção deverá ser sempre precedida de orientação e/ou esclarecimento ao colaborador, de forma a assegurar a compreensão da situação ensejadora de aplicação da respectiva medida.

As seguintes medidas estão previstas no Código de Conduta: (a) orientação verbal; (b) advertência escrita; (c) suspensão; (d) Desligamento por justa causa. Caso a infração seja cometida por terceiros as sanções poderão ser: (a) auditoria; (b) notificação extrajudicial; (c) suspensão motivada do contrato; (d) bloqueio do terceiro; e (e) interrupção ou encerramento dos contratos vigentes.

Além das medidas acima, a critério do departamento Jurídico, Compliance e Controles Internos do Grupo Dotz, poderão ser tomadas medidas legais adicionais, administrativas ou judiciais, na esfera civil, trabalhista, criminal e/ou outras, caso aplicável.

**• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A atual versão do Código de Conduta foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 13 de maio de 2024, e pode ser consultado no nosso website <https://ri.dotz.com.br>, bem como no website da CVM ([cvm.gov.br](https://cvm.gov.br)).

**(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia possui o canal "Canal de Ética para acolher denúncias caso haja suspeita de uma possível violação a uma lei, a um regulamento ou a um padrão ético da Companhia.

Os relatos podem ser enviados a qualquer momento pelo website <https://www.canalconfidencial.com.br/dotz>.

**(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia conta com um canal de denúncias gerido externamente pela empresa Aliant.

**(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias por funcionários, fornecedores, clientes parceiros, ou terceiros.

**(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

A Companhia possui o Canal de Ética, gerido externamente, que garante o sigilo e o correto direcionamento das denúncias à área de Compliance e Controles Internos e Gente. O denunciante pode, a seu critério, realizar a denúncia de forma totalmente anônima ou identificada. Caso o relato envolva algum integrante da área de Compliance e Controles Internos e Gente, o envolvido não receberá a ocorrência e os demais integrantes analisarão o caso.

### 5.3 Programa de integridade

#### **(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O Departamento Jurídico e de Compliance e o Departamento de Gente e Recursos Humanos são responsáveis pela apuração das denúncias, bem como por garantir que a elas seja conferido anonimato e confidencialidade.

#### **(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

A Companhia não verificou casos confirmados de fraudes, irregularidades e/ou atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais.

#### **(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Conforme detalhado neste item 5.3, possuímos regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública que entendemos adequadas ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

## 5.4 Alterações significativas

Em 9 de agosto de 2023 nosso Conselho de Administração aprovou nossa Política de Gerenciamento de Riscos, conforme detalhados nesta seção 5.

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que estamos expostos, tampouco há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos no item 4 deste Formulário de Referência.

**5.5 Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.